

---

## **Vetos na Ancine: uma análise dos casos de editais LGBT e Marighella a partir dos comentários do *Instagram* do Jornal Folha de S.Paulo<sup>1</sup>**

Gabriela PASSOS<sup>2</sup>

João Gabriel SILVA<sup>3</sup>

Carla TEIXEIRA<sup>4</sup>

Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar os comentários de duas postagens do *Instagram* do jornal Folha de S.Paulo sobre dois vetos ocorridos na Agência Nacional do Cinema (Ancine): o dos editais públicos voltados para os filmes de temática LGBT, em agosto de 2019, e o do cancelamento da estreia do filme *Marighella* no Brasil, em setembro de 2019. Tomamos como base os estudos realizados por Jenkins (2009) sobre cultura de convergência, e por Tomain (2018), que cita Gauthier (2011) e Kushnir (2012) em um artigo sobre censura contra cinema durante a ditadura militar brasileira. Como resultado, descobriu-se um acirramento da polarização política, presente no país nos últimos anos. Espera-se que esta pesquisa contribua para as discussões sobre o fomento do Estado ao cinema e os debates públicos nas redes sociais.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Cinema; cultura participativa; censura; *Instagram*; Ancine

### **1. Introdução**

A Agência Nacional do Cinema (Ancine) é um órgão oficial do Governo Federal brasileiro que regula, fomenta e fiscaliza a indústria do cinema nacional. Entretanto, no último ano, 2019, foi possível ver uma série de ataques que afetam representações da sociedade, reflexo do crescimento do conservadorismo nas instituições de poder do país.

Entre os episódios está o veto que ocorreu ao edital aberto exclusivamente para os filmes de temática LGBT, suspenso, em agosto de 2019, pelo ministro da cidadania Osmar Terra após críticas do presidente Jair Bolsonaro. Além deste, em setembro de 2019, o cancelamento da estreia do filme *Marighella* no Brasil após a produtora O2

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ06 – Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – XVI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Estudante do curso de Jornalismo da UNICAP, e-mail: gabrielapassos.om@gmail.com

<sup>3</sup> Estudante do curso de Jornalismo da UNICAP, e-mail: joao.gabriel.5397@gmail.com

<sup>4</sup> Doutora em Design, professora do Curso de Jornalismo da UNICAP, e-mail: carla.teixeira@unicap.br

---

Filmes não conseguiram cumprir a tempo os trâmites exigidos pela Ancine para a liberação de verbas, que já tinham sido usadas na produção e precisavam ser ressarcidas.

A temática da censura não envelhece quando se trata de democracia. Pelo contrário, ganha contornos gradativos de relevância com o tempo. Um dos maiores alvos político-ideológicos de expressão, ao longo da história, foram a arte e a mídia. Ambas trazem consigo, como elemento-chave, a transmissão de uma mensagem. Apesar dessa diferença, caminham na mesma direção quando o assunto é censura.

A pesquisa que se desdobra a partir de uma relação entre vetos na arte, mídia e poder, mostrando sua relevância quando denuncia atitudes antidemocráticas em um país cujo regime máximo é a democracia. Vale ressaltar: a mídia “flutua” entre o anúncio da arte libertária, como parte do interesse público, e entre as estruturas de poder, da mesma maneira. Assim, o Jornalismo cumpre o seu papel fundamental ao mergulhar em uma análise dos vetos na Ancine contra os editais LGBT e do filme *Marighella*.

A maior contribuição deste trabalho é mostrar como a população reage a tentativas de censura ao cinema, percebendo-os como resquícios de uma ditadura velada e direcionada a minorias políticas da população brasileira. É importante entender esses vetos em seu contexto político-social para que mais na frente possam ser feitas análises comparativas com possíveis futuros cenários do audiovisual brasileiro.

Este produto terá como principal base teórica os escritos do pesquisador Henry Jenkins (2009) no que tange à cultura participativa, que consiste em envolver o consumidor no processo criativo do mesmo, através de ferramentas de comunicação, distanciando cada vez mais a sociedade de ser um receptor passivo. Outro autor presente nesta pesquisa é Tomain (2011), cujo artigo mostra a proibição de documentários brasileiros no regime militar. O autor cita Gauthier (2011), que atesta uma diferença entre a censura imposta aos filmes de ficção e aos documentários na época da ditadura civil-militar brasileira, e Kushnir (2012), que não acredita em classificações de censura, mas sim que ela é uma atitude política que acontece por motivos morais ou por interesses da nação.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar os casos Editais LGBT e *Marighella* a partir dos comentários do *Instagram* do jornal Folha de S. Paulo, que será cumprido levando em consideração o panorama amplo do comportamento e cosmovisão da sociedade atual, em interação com fenômenos políticos e sociológicos.

---

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi realizado um estado da arte com um levantamento e análise de artigos nacionais sobre ditadura militar brasileira, a figura de Marighella, o processo de formação da Ancine e como a agência atua, além de estudos sobre como o movimento LGBT tem potencial de mobilização nas redes. Com isso aprofundamos nossos conhecimentos para dar continuidade ao processo investigativo.

Em seguida, fizemos uma análise dos comentários de duas postagens do *Instagram* do jornal Folha de S.Paulo: o do dia 17 de agosto de 2019, relacionado ao veto aos editais LGBT, e o do dia 12 de setembro de 2019, sobre o cancelamento da estreia do filme *Marighella*. Os comentários foram analisados com base na teoria da cultura participativa, estudada por Jenkins (2009) e nos estudos sobre censura, trazido por Tomain (2011). Foram escolhidos dois comentários para cada publicação - um a favor e um contra - e um crítico ao veículo.

## **2. Contextualização do objeto**

Esta pesquisa tem como proposta estudar a interrupção do fomento ao cinema nacional a partir de dois casos: o da abertura ao edital de filmes com temática LGBT e o da exibição do filme *Marighella* no Brasil. Pretende-se analisar os comentários das postagens do *Instagram* do jornal Folha de S. Paulo sobre esses vetos a fim de verificar o que o público-leitor tem a dizer sobre eles.

A escolha pela Folha se deve pelos constantes ataques do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao veículo, apesar de também ocorrer insultos generalizados à função jornalística por parte do mandatário brasileiro. Vários são os episódios de desrespeito à imprensa que vão contra à liberdade de expressão, direito atribuído pela Constituição de 1988. Foram declarações que geraram reações não só de jornalistas e pesquisadores de comunicação, mas também dos outros poderes da República, da sociedade civil e até mesmo da mídia estrangeira.

Assim como o jornalismo, o incentivo à cultura no Brasil também vem constantemente sendo atacado por Bolsonaro. Já na apresentação de seu programa de governo, intitulado “Caminho da prosperidade”, é possível perceber que o presidente não se preocupava com a área, pois não apresentava nenhuma referência a diretrizes ou propostas. Em reportagem de dezembro de 2019, Bruno Molinero, jornalista da Folha de

---

S. Paulo, explica o que ele chama de atitudes que caracterizam o desmonte da cultura.

Segundo ele:

As ações do governo na cultura, em 2019, tiveram duas tônicas: a censura voltou a ameaçar a livre expressão de artistas subsidiados por verba pública, com agressividade que não se via desde a redemocratização, e a indústria do audiovisual, que vinha registrando crescimentos sucessivos e levava o cinema nacional para o mundo, foi freada com paralisações e cancelamentos de prêmios e patrocínios. (FOLHA DE S. PAULO, 2019)

Para o jornalista, o ponto inicial de uma coleção de conflitos entre a classe artística e o governo começa quando Bolsonaro anuncia a extinção do Ministério da Cultura, sendo suas atribuições incorporadas ao então recém-criado Ministério da Cidadania, comandada por Osmar Terra. A Secretaria Especial da Cultura, que é incorporada ao ministério, teve Roberto Alvim nomeado como gestor até janeiro de 2020, quando foi demitido, por pressão popular, após pronunciamento em que parafrazeou um discurso de Joseph Goebbels, ministro da propaganda da Alemanha nazista.

Em março de 2020, a atriz Regina Duarte passou a comandar a pasta. Após enfrentar algumas divergências com a classe artística e com o próprio governo, em maio, Regina pediu demissão. A exoneração foi assinada no mês seguinte. Até o fechamento deste artigo, em junho de 2020, a secretaria seguiu sem um gestor.

Em julho de 2019, Bolsonaro ameaçou transferir a Agência Nacional do Cinema (Ancine) para Brasília ou até mesmo extingui-la caso ela não tivesse um “filtro cultural”. O episódio provocou a reação da classe artística, que julgou a atitude do chefe do Executivo como tentativa de censura. A declaração ocorreu após o presidente considerar inadmissível o investimento de dinheiro público em filmes como *Bruna Surfistinha* (2011), baseado em um best-seller da garota de programa Rachel Pacheco sobre sua história. O longa foi interpretado pela atriz Deborah Secco e teve mais de 2 milhões de espectadores em todo o país.

No mês seguinte, Bolsonaro volta atrás em sua fala e diz que poderia não mais extinguir a Ancine. Segundo ele, o ministro Osmar Terra apresentou um esboço de um projeto de reestruturação da agência “que adotaria o mecanismo da Lei Rouanet para fomento de produções audiovisuais” (O TEMPO, 2018).

A Ancine foi criada em 2001 por meio da Medida Provisória 2228-1, que fez do Estado um maior atuante no fomento ao mercado audiovisual brasileiro. A partir de então,

---

o órgão passou a ser “responsável na regulação e fiscalização de todos os âmbitos do cinema e cobrança de impostos” (ANDRADE, 2017). A agência, que tem sua importância até hoje, possui sede no Distrito Federal e escritório central no Rio de Janeiro, além de um escritório regional em São Paulo. Todos os recursos da Ancine vêm do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), reserva que vem do Fundo Nacional de Cultura.

Continuando seus ataques à cultura, Bolsonaro seguiu criticando as produções cinematográficas que estavam para ser exibidas. No dia 15 de agosto de 2019, o presidente fez uma live no seu canal oficial do Facebook, onde comentou: “Fazer um filme, *Afronte*, sobre negros homossexuais no Distrito Federal... confesso que não dá para entender. Então mais um filme que foi para o saco aí. Se a Ancine não tivesse a cabeça toda, o mandato, já tinha degolado todo mundo”. Mais adiante, ele comenta sobre outro filme de temática LGBT: “Confesso que não entendi porque gastar dinheiro público com um filme desse. O quê que vai agregar o tocante a nossa cultura, as nossas tradições no Brasil”.

Esses projetos tinham sido selecionados para a última fase de um edital de chamamento para TVs públicas iniciado em março de 2018, no qual seriam decididos os cinco finalistas da categoria diversidade de gênero — um de cada região do Brasil —, que receberiam como prêmio o valor de R\$ 400 mil. Seis dias depois da live de Bolsonaro, o Ministério da Cidadania cancela o concurso por meio de uma portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU), a qual suspendeu o edital por seis meses, renováveis pelo mesmo período, sob a justificativa da recomposição do comitê que estabelece as linhas de investimento do Fundo Setorial do Audiovisual.

O cinema brasileiro precisa desses editais, e a principal importância deles é que pessoas como eu podem produzir. Pessoas que estão na margem da sociedade têm acesso aos editais e tem a oportunidade de contar suas histórias. O audiovisual teve uma grande função na criação de um imaginário racista, colocando a população preta sempre no local servidão ou de marginalidade. Mas ele pode ser o responsável por criar um novo imaginário antirracista, se nos deixarem fazer filmes — Bruno Victor, diretor do filme *Afronte* (THE INTERCEPT, 2019).

Em 7 de outubro de 2019, a 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro concedeu tutela de urgência para obrigar a União a dar continuidade ao edital, por entender haver indícios de que o Ministério da Cidadania agiu de forma discriminatória a homossexuais e

---

transexuais. A ação havia sido pedida pelo Ministério Público Federal, que também denunciou o ministro Osmar Terra por improbidade administrativa.

O cancelamento da estreia do filme *Marighella*, dirigido por Wagner Moura, pôs mais combustível na crise da indústria audiovisual brasileira. O longa estava previsto para estreiar em 20 de novembro de 2019, data que celebra o dia da Consciência Negra e mês em que a morte do guerrilheiro completou 50 anos. Mas, em setembro, o lançamento foi cancelado. A produtora do filme O2 Filmes explicou que a cinebiografia não conseguiu cumprir a tempo todos os trâmites exigidos pela Ancine para conseguir uma verba pública para distribuição.

Como recebeu investimento do Fundo Setorial do Audiovisual, a produtora era obrigada a informar à Ancine a data de lançamento com, pelo menos, 90 dias de antecedência. Isso não ocorreu porque, segundo a O2, o contrato ainda não havia sido formalizado. Com isso, a agência teve o direito de reter 5% das receitas de distribuição do filme, mesmo sem investir em sua comercialização.

Para Wagner Moura, como mostra reportagem publicada pelo portal UOL em janeiro de 2020, "a Ancine censurou o filme. É uma censura diferente, que usa instrumentos burocráticos para dificultar produções das quais o governo discorda. Não tenho a menor dúvida de que 'Marighella' não estreou ainda por uma questão política." (UOL, 2020). Atualmente, o longa tem nova data oficial para estreiar no Brasil: 14 de maio de 2020.

### **3. Estado da arte**

O objetivo deste item é produzir um painel sobre as pesquisas relacionadas à Agência Nacional do Cinema (Ancine), ao cinema no Brasil, ao filme *Marighella* e aos longas de temática LGBT após análises de artigos recentes, publicados nos mais diversos congressos brasileiros. Foram pesquisadas investigações publicadas no período de 2015 a 2019, em sites e portais acadêmicos, além de anais de congressos brasileiros. Apresentamos, em seguida, a análise dos mais representativos.

Cinema e memória da política nacional lideraram entre as temáticas. O Governo Bolsonaro e a sua relação com arte, no geral, foram as lacunas identificadas, possivelmente por ser um governo presidencial recente. Além disso, foi possível observar que, por muito tempo, existiu forte censura ao cinema brasileiro e que religião e ideologia

---

dos chefes de Estado foram elencados como os principais motivos para que isso ocorresse. Também se percebeu que a militância, prática historicamente perseguida, ainda tem seu discurso político sendo combatido. Exemplo disso são as questões de gênero e sexualidade, que sofrem com a retaliação do conservadorismo. Os artigos mostram que o cinema tem tentado, em alguns casos, ativar nossa memória e reacender nossa história.

No Brasil, diversos estudos apontam que o cinema possui uma força mobilizadora por causa de ações do presente e sua projeção no futuro. Analisando trabalhos audiovisuais atuais em um contexto de militância, Amaranta Cesar (2015), no artigo “Cinema como ato de engajamento: documentário, militância e contextos de urgência” pensa o estético do cinema a partir do político. Utilizando-se dos filmes brasileiros *Martírio*, *Ressurgentes* e *Corpos políticos*, foi feita uma análise estética das cenas para mostrar sua importância política com aporte teórico de Nicole Brenez, Didi-Huberman e Serge Daney. A autora do artigo tem como conclusão geral: “Nota-se na imagem um reiterado e reiterativo chamado referencial que, ao mesmo tempo em que afirma um olhar posicionado, em disputa e em risco, apela do espectador uma mirada aliada, uma recepção necessariamente destituída de suspeita e impregnada de afecção” (CESAR, 2015).

Para abordar o cinema no Brasil, é preciso falar da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e em que contexto ela surge. Assim, no artigo “Estado e cinema no início do século XXI: características de formação da Ancine”, baseado nos trabalhos de Marcos Souto, Floriano Marques Neto e Fábio Cesnik, foi percebido que a agência se revelou, na prática, como meramente regulamentadora. Grande parte das instruções normativas são aperfeiçoamentos de normas anteriores, que mais disciplinam a gestão dos recursos preexistentes do que efetivamente apontam caminhos de política pública na direção do desenvolvimento sistêmico da indústria cinematográfica brasileira.

O artigo "Instituições do Estado e políticas de regulação e incentivo ao cinema no Brasil: o caso Ancine e Ancinav" tem como objetivo analisar o panorama histórico da relação entre Estado e cinema no Brasil, bem como os resultados concretos e o significado estratégico da atuação da Ancine. Teve como base bibliográfica Abranches (1999), Bresser-pereira (1997), Casella (2002), Jabor A. (2004) e Oszlak O. (1998). Avaliou-se que, tomando-se a existência da agência como fato dado e sem perspectivas de alteração, o modelo Ancinav teve o mérito de assumir a gestão do setor de uma forma mais ampla,

---

buscando dar eficácia e sustentabilidade de política pública ao que poderia se tornar apenas gerenciamento de recursos alocados segundo interesses privados.

Já os artigos sobre a ditadura nos disponibilizaram um panorama para melhor compreender a censura no cinema brasileiro. “Cinema E Censura No Brasil: Uma Discussão Conceitual Para Além Da Ditadura” aborda a censura cinematográfica durante o período da ditadura civil-militar no Brasil. Discutindo o conceito da censura; fazendo uma análise da formação de uma cultura censória anterior ao golpe e um estudo da inserção da censura na organização social e política do período, foram mencionados diversos autores como: Roger Chartier, Leonor Pinto e Beatriz Kushnir.

O vínculo entre a comunicação midiática e as redes digitais na discussão da censura LGBT foi outro conceito abordado pelos autores como poder de mobilização, que influencia nas escolhas da mídia tradicional. O artigo “#SemCensura: o duplo vínculo entre a comunicação midiática e as redes digitais na discussão da censura homofóbica”, por exemplo, observa as estratégias usadas na campanha “Marcela e Marina Sem Censura”. Foram analisados comentários da petição, redes sociais da instituição que começou a campanha e o site da campanha, tendo como referência os autores: Leandro Colling, João Silvério Trevisan, Jenkins e Ricardo Fabrino Mendonça. A análise desenvolvida demonstrou como a organização de atores sociais da comunidade LGBT em redes sociais gera nova forma de recepção do produto midiático. Através das redes foi possível ampliar a discussão sobre sexualidade. Entretanto, como resultado da pesquisa, cortes e censuras às cenas podem ser enquadrados também como uma estratégia de marketing.

#### **4. Cultura participativa, censura e cinema**

Nesta pesquisa foi preciso o aporte de Jenkins (2009), que trouxe, em seus estudos, a cultura da convergência no ambiente digital. Além dele, também abordamos Tamoin (2018), que analisou a censura contra filmes durante o período da ditadura militar no Brasil. Segundo Jenkins (2009), estamos em uma era de transição midiática, marcada por estratégias de *marketing*, consequências inesperadas e interesses conflitantes. Nesse contexto, a cultura da convergência procura explicar características da cultura popular que se desenvolveram em torno da internet e das novas tecnologias midiáticas. O autor analisa os impactos dos fatores a partir de três categorias de análise: convergência dos

meios de comunicação, inteligência coletiva e cultura participativa. Aqui, abordaremos esta última, a fim de investigar a percepção das pessoas presentes no ambiente virtual sobre os vetos na Ancine, a partir das interações entre si.

Na cultura participativa, como mostra o pesquisador, produtores e consumidores de mídia são ambos participantes na produção de conteúdos e interagem a partir de regras não totalmente compreendidas. Devido aos diferentes repertórios, alguns consumidores participam mais dessa cultura emergente do que outros. Mas, ainda assim, são as grandes empresas que têm o poder de decisão. Jenkins ainda explica que nem todos os consumidores têm acesso às habilidades e aos recursos necessários para que sejam participantes plenos das práticas culturais que ele descreve.

Apesar disso, o público “ganhou poder com as novas tecnologias e vem ocupando um espaço na intersecção entre os velhos e os novos meios de comunicação, está exigindo o direito de participar intimamente da cultura” (JENKINS, 2009, p. 51). Ao analisar a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão que exercia a atividade de censor cultural durante a ditadura militar, Tomaim (2018) cita Guthier (2011), o qual mostra que houve uma diferença entre a proibição para filmes ficcionais e para os não-ficcionais. Segundo o autor, enquanto no primeiro havia uma censura moral “por dar maus exemplos, de perverter os jovens, por contrapor-se a um modelo de moral dominante” (TOMAIM, 2018, p. 290), no segundo, havia uma censura política devido a um suposto “atentado à verdade; a ficção, à moral” (GAUTHIER, 2011, p. 31 *apud* TOMAIM, 2018, p. 290).

Contrariando Gauthier, Tomaim também traz a visão de Kushnir (2012), que diz que “a censura é sempre um ato político, sendo sua prática justificada a partir da defesa dos ‘interesses da nação’ ou da ‘moral e dos bons costumes’” (TOMAIM, 2018, p. 291). Logo, para ela, a censura contra os filmes que passaram pela DCDP se deu por motivações tanto morais quanto políticas.

O aporte teórico foi usado para observar as postagens do jornal Folha de S.Paulo no Instagram, a fim de verificar se e como a cultura participativa influenciou na produção de conteúdos do veículo a partir dos comentários na rede social. Além disso, destacamos o teor político dos comentários, considerando os costumes e interesses da contemporaneidade. Selecionamos uma publicação refere aos editais LGBT e uma sobre o cancelamento da estreia do filme *Marighella* no Brasil. As duas possuem pouco menos

de um mês de distância de tempo. Em seguida, escolhemos comentários que tiveram grande engajamento de público.

## 5. Análise dos dados

Em 17 de agosto de 2019, a Folha publicou uma charge assinada por Alexandra Moraes. O desenho tem referência aos editais públicos voltados para os filmes de temática LGBT, criticado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), dois dias antes, durante uma transmissão ao vivo no *Facebook*. A publicação obteve 3,1 mil curtidas e 108 comentários. Até então, a Agência Nacional do Cinema (Ancine) ainda não havia vetado os editais, o que só ocorreu seis dias após a *live* de Bolsonaro, no dia 21 de agosto.

**Figura 1:** Charge publicada na Folha de S.Paulo, no dia 17 de agosto de 2019



**Fonte:** *Instagram* Folha de S.Paulo/Print dos autores (2020)

Os comentários que se mostraram a favor do presidente foram os mais polêmicos. Um deles afirmou: “Quer expor sua ideologia perversa? Que faça uma vaquinha ou use dinheiro próprio, mas não o dinheiro suado do trabalhador de bem e honesto, que normalmente não assiste esses filmes imbecis. Parabéns ao novo governo por mais essa atitude” (MACHADO, 2019). A mensagem teve 21 curtidas e 28 respostas, sendo 10 concordantes, 15 discordantes e 3 neutras.

A partir desse ponto de vista, outras pessoas sentiram a necessidade de expressar suas ideias contra ou a favor um do outro. Essas “réplicas” evidenciam ainda mais como essa parcela de público enxergava a existência do edital. Em uma das respostas, um

internauta discorda: “(...) você está defendendo censura. O artigo 5º [da Constituição] garante a liberdade de expressão. O presidente não tem nada que tá se metendo em assuntos como esse. Já faz 8 meses que assumiu a presidência e ainda continua no palanque fazendo campanha a gente de moral duvidosa, que nem a dele” (HEGEL, 2019). A mensagem recebeu 3 curtidas.

Apesar de haver uma divergência entre os dois, percebe-se uma polaridade no discurso político. O primeiro comentário não dispõe de uma visão crítica do assunto. Ao invés disso, reforça preconceitos existentes na sociedade. Já o internauta do segundo comentário embasa sua opinião citando a carta magna do Brasil, considerada irrefutável dentro do campo jurídico.

Seguindo a análise, no dia 12 de setembro de 2019, a Folha de S.Paulo fez uma publicação sobre o cancelamento do filme *Marighella* nos cinemas brasileiros, previsto para estrear no dia 22 de novembro. No *post*, o internauta é convidado a ler mais sobre o assunto no *site* do veículo. A postagem teve 3,6 mil curtidas e 316 comentários.

**Figura 2:** Publicação sobre o filme *Marighella*, no dia 12 de setembro de 2019



**Fonte:** Instagram Folha de S.Paulo/Print dos autores (2020)

Em um dos comentários da postagem, um internauta disse: “censura disfarçada de burocracia” (SOUZA, 2019), posicionamento que também foi defendido pelo próprio diretor do filme, Wagner Moura. O comentário teve 249 curtidas e 10 respostas: 3

concordantes, 3 discordantes e 4 neutros. Em um deles, outra pessoa rebateu: “Tudo agora para essa gentinha é censura. Censura foi o Cinemark proibir o filme do Brasil Paralelo!” (MORAES, 2019), em referência ao cancelamento da exibição do documentário *1964, o Brasil entre armas e livros* pela rede de cinemas Cinemark, no dia 31 de março de 2019. O comentário teve 3 curtidas.

O filme que ele referiu apresenta uma visão alternativa sobre a ditadura militar brasileira, sob um viés de direita. No dia seguinte ao ocorrido, por meio do *Instagram*, a Cinemark emitiu uma nota de esclarecimento justificando a decisão: “não apoiamos organizações políticas ou partidos e não tivemos qualquer envolvimento com a produção deste evento” (CORREIO BRAZILIENSE, 2019).

Podemos ver, novamente, a internet como um espaço de exposições de opiniões políticas conflitantes. Apesar de não haver um embasamento histórico ou teórico, o primeiro comentário apenas expressa o ponto de vista de quem o fez. O mesmo acontece no segundo, o qual apenas apresenta um outro fato ocorrido no passado para justificar o que ele considera censura ou não.

Como mostrado anteriormente, Jenkins (2009) afirma que cada indivíduo é diferente e reage à informação de acordo com seu repertório. Percebeu-se que as duas publicações geraram reações distintas parecidas, reflexos da polarização política existente no Brasil. Por conta disso, não foi possível ver um debate colaborativo, com diversidade de argumentos que agregasse ao público novos conhecimentos. Os comentários que afirmaram que o dinheiro público não deve ser usado para “algo que não acrescenta nada à cultura” foi predominante entre os foram a favor dos vetos. Para os que comentaram contra, houve, de fato, censuras por parte do Governo Federal, através da Ancine.

Viver dentro de uma cultura mais participativa muda a forma como compreendemos nosso lugar no mundo, mesmo que optemos por nunca participar ativamente. No entanto, há também o risco, salienta Duncombe, de que essa paródia ‘possa, de modo igualmente fácil, levar a uma aceitação resignada de que a política não passa de uma brincadeira, e o máximo que podemos esperar dela é uma boa gargalhada’. Neste caso, o ceticismo dá lugar ao cinismo... nos preocupamos com o futuro da cultura participativa como um mecanismo para promover a diversidade e capacitar a democracia, não faremos nenhum bem ao mundo se ignorarmos o modo como nossa cultura atual está longe desses objetivos (JENKINS, 2009, p. 374).

---

Portanto, não foi possível perceber a cultura participativa promovendo diversidade nas duas postagens do *Instagram* da Folha de S.Paulo sobre os vetos, e sim uma colaboração com o acirramento da polaridade. Entretanto, o engajamento pelo comentário aumenta a visibilidade da informação. Ali, houve apenas uma tentativa de colocar uma percepção acima da outra, o que não contribui para a construção de uma sociedade crítica quanto aos fatos que as perpassam.

Durante a investigação nas publicações sobre os editais LGBT e o cancelamento da exibição do filme *Marighella*, foi possível perceber comentários que “flertam” com a censura, mesmo depois de 35 anos do fim da ditadura militar brasileira. Esses comportamentos mostram que o país ainda apresenta resquícios de pensamentos que haviam na época.

Essa postura é percebida, principalmente, nos comentários que defendem a postura do presidente Bolsonaro, ou seja, a favor dos vetos na Ancine. Na charge publicada no dia 17 de agosto de 2019, por exemplo, o internauta do primeiro comentário trazido nesta pesquisa defende uma não continuidade dos filmes por motivações morais, revelando um preconceito dele com esse público.

Mas comentários críticos à atuação da Folha de S.Paulo e a própria imprensa também foram encontrados. Novamente na charge do dia 17 de agosto de 2019, uma usuária enviou: “Essa mídia é podre e nojenta! Esperando só o fim” (ALMEIDA, 2019). O comentário teve 2 curtidas e 4 respostas, sendo 1 concordante, 2 discordantes e um da própria autora rebatendo um discordante. A mensagem também possui alinhamento com o que defende o presidente Bolsonaro, que já acusou a Folha “de propagar notícias falsas e ameaçou cortar verbas de publicidade do governo federal para veículos de imprensa que divulgarem informações que ele julgar incorretas” (O GLOBO, 2018).

Através do comentário, não foi possível, mais uma vez, perceber uma reflexão sobre o conteúdo da postagem trazida pelo jornal. Ao invés disso, a internauta faz um ataque contra o veículo que julga mentiroso, o que não contribui para o fluxo de ideias que caracteriza a internet.

## **6. Considerações Finais**

Esta pesquisa cumpriu uma função primordial em nível social e histórico: evidenciar um dos momentos mais significativos em se tratando de polarização política no cenário

nacional. A guerra ideológica é tanta que foi raro encontrar criticidade no objeto de análise: os comentários feitos em duas publicações do Jornal Folha de S.Paulo. Em uma pesquisa que se propôs a investigar as reações da sociedade e ter uma conclusão aprofundada da cena, o resultado final foi raso e fadado a uma eterna briga partidária entre concordantes e discordantes das publicações.

Ataques infundados, discussões irrelevantes, pensamentos fechados a repertórios pessoais, bem como posicionamentos políticos foram o resultado deste projeto de pesquisa. Em meio a esse quadro, insinuações antidemocráticas, como por exemplo clara oposição à liberdade de imprensa no Brasil e representatividade de gênero, também foram tópicos encontrados.

Portanto, diversidade foi uma palavra difícil de ser percebida na análise deste trabalho nas duas publicações sobre os vetos. O que foi evidenciado foi uma colaboração com o acirramento da polaridade. Não foi possível ver um debate plural, em se tratando de argumentos, para agregar ao público novos conhecimentos políticos e sociais.

## 7. Referências

ANDRADE, Igor Halter. **Luz, câmera, captação: uma análise dos mecanismos federais de fomento e incentivo ao audiovisual brasileiro após o fim da Embrafilme**. Disponível em: [http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/view/1833/pdf\\_60](http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/view/1833/pdf_60). Acesso em 27 abr. 2020 às 15h14;

CARVALHO, Gabriela; GUTFREIND, Cristiane. **A heroicização do Militante: o Caso Marighella**. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-0129-1.pdf>. Acesso em 27 abr. 2020 às 15h41;

CESAR, Amaranta. **Cinema como ato de engajamento: documentário, militância e contextos de urgência**. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/37001> . Acesso em 27 abr. 2020 às 15h41;

CORREIO BRAZILIENSE. **Cinemark emite nota de esclarecimento após exibição de filme sobre 1964**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/04/02/interna-brasil,746968/cinemark-emite-nota-de-esclarecimento-apos-exibicao-de-filme-sobre-196.shtml>. Acesso em 13 jun. 2020 às 15h18;

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. **Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira**. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12431>. Acesso em 27 abr. 2020 às 15h30;

---

FOLHA DE S. PAULO. **Cultura, sob Bolsonaro, vive volta da censura, perda de ministério e viés evangélico.** Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/12/cultura-sob-bolsonaro-vive-volta-da-censura-perda-de-ministerio-e-vies-evangelico.shtml>. Acesso em 27 abr. 2020 às 15h01;

FORNAZARI, Fabio Kobil. **Instituições do Estado e políticas de regulação e incentivo ao cinema no Brasil: o caso Ancine e Ancinav.** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122006000400008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000400008). Acesso em 27 abr. 2020 às 15h27;

GUTFREIND, Cristiane; STIGGER, Helena. **A resistência armada: Lamarca e Marighella no cinema nacional.** Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/7707>. Acesso em 27 abr. 2020 às 15h40;

IKEDA, Marcelo. **Estado e cinema no início do século XXI: características de formação da Ancine.** Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politicais/II\\_Seminario\\_Internacional/FCRB\\_MarceloIkeda\\_Estado\\_e\\_cinema\\_no\\_inicio\\_do\\_seculo\\_XXI.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politicais/II_Seminario_Internacional/FCRB_MarceloIkeda_Estado_e_cinema_no_inicio_do_seculo_XXI.pdf) Acesso em 27 mar. 2020;

JENKINS, H. **Cultura da convergência.** São Paulo: Aleph, 2008

KRAMBECK, Rafael. **#SemCensura: o duplo vínculo entre a comunicação midiática e as redes digitais na discussão da censura homofóbica** Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2013.151.06/1384>. Acesso em 27 mar. 2020;

LUCENA, Meize Regina. **Cinema e censura no Brasil: uma discussão conceitual para além da ditadura** Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/25204>. Acesso em 27 mar. 2020;

O GLOBO. **ANJ condena ameaça de Bolsonaro ao jornal ‘Folha de S.Paulo’.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/anj-condena-ameaca-de-bolsonaro-ao-jornal-folha-de-spaulo-23200611>. Acesso em 13 jun. 2020 às 15h20;

O TEMPO. **Bolsonaro diz que pode recuar em intenção de extinguir a Ancine.** Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-pode-recuar-em-intencao-de-extinguir-a-ancine-1.2217378>. Acesso em 27 abr. 2020 às 15h;

UOL. **Marighella ganha nova data de estreia no Brasil.** Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2020/01/16/marighella-ganha-nova-data-de-estreia-no-brasil.htm>. Acesso em 27 de abr. 2020 às 15h47;

THE INTERCEPT BRASIL. **‘Sou diretor de cinema, preto e bixa. Por causa disso, Bolsonaro censurou meu filme’.** Disponível em: <https://theintercept.com/2019/09/12/diretor-cinema-preto-gay-bolsonaro-censurou-meu-filme/>. Acesso em 27 abr. 2020 às 15h50;

TOMAIM, Cássio. **O documentário brasileiro na mira da censura (1964-1988): notas introdutórias.** Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/45078>. Acesso em 13 jun. 2020 às 15h24.